

Terra de Direitos e Justiça Global apresentam ao CNDH pesquisa sobre violência política

As organizações Terra de Direitos e Justiça Global apresentam hoje (17) ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH uma prévia da pesquisa realizada sobre violência política no país. Os dados finais serão apresentados no próximo dia 28 nas redes das entidades.

A pesquisa mapeou 327 casos de violência como assassinatos e atentados; ameaças; agressões; ofensas; criminalização de candidatos e eleitos. A análise apresentada por Elida Lauris, da Terra de Direitos, mostrou, por exemplo, que assassinatos e atentados são um fenômeno presente no Brasil como um todo e ao longo do tempo, com tendência à interiorização. Já ameaças e, principalmente, ofensas foram ampliadas no ano de 2018, apresentando ainda um corte de gênero muito forte, tendo as mulheres como vítimas e quase nunca como agressoras.

Para o também representante da Terra de Direitos Darci Frigo, a democracia no Brasil corre um sério risco à medida que a violência é utilizada em todas as esferas. “O CNDH, como pedra angular do sistema de direitos humanos do país para apurar graves violações, pode emanar decisões e recomendações para as outras instituições, como Tribunal Superior Eleitoral, parlamentos, partidos políticos, que devem mudar sua cultura e coibir a violência, reforçando valores republicanos e democráticos na cultura política brasileira”, afirmou.

A conselheira e representante da Justiça Global, Sandra Carvalho, destaca que os dados da pesquisa são muito contundentes e expressam uma violência cotidiana na vida política do país, especialmente contra alguns segmentos, por meio do racismo, sexismo e LGBTfobia, afetando a participação política. Do mesmo modo, ela aponta a falta de uma cultura de enfrentamento e responsabilização da violência política.

O documento apresenta um rol de recomendações a diversos órgão públicos, a partidos e instituições de direitos humanos para que possam coibir e enfrentar a violência política. Ao CNDH, a Terra de Direitos e a Justiça Global sugerem que o colegiado recolha e compartilhe boas práticas para estimular a discussão sobre medidas necessárias para um plano de ação pela gestão e fiscalização eleitoral; estimule a criação de um corpo de observação independente ao Estado para criar subsídios para política, recolher dados, produzir relatórios e analisar o financiamento e a violência; incentive e subsidie iniciativas locais e regionais que possam agregar mais dados sobre o tema e viabilizar ações concretas sobre as causas e consequências da violência política.

“Esta é uma pesquisa que nos faz pensar ‘quem mandou matar Marielle Franco’”, destacou o conselheiro Leandro Scalabrin. A conselheira Iêda Leal reiterou sua preocupação com o crescimento das ameaças às mulheres como vereadoras e prefeitas nestas eleições. “Esta situação envolve um crime em que a gente não consegue ainda saber quem mandou matar. Desta mulher brotou ainda muitas outras flores que estão sendo colocadas para candidatura neste país. Marielle são muitas. Nós mulheres negras ligadas a movimentos sociais estamos dispostas a seguir em frente, mas corremos o risco de sermos interrompidas em nome dessa violência”, ponderou.